



PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ESPAÇOS CULTURAIS INTERMEDIÁRIO NAS POLÍTICAS CULTURAIS CONTEMPORÂNEAS:

um breve olhar para França e Brasil

Karina Poli¹

Matina Magkou²

Maud Pélissier³

-
- 1 Doutora com Pós-doutorado em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo, com bolsa da FAPESP. Professora adjunta na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, departamento de Turismo. Seus interesses de pesquisa são os ecossistemas de produção cultural e seus espaços intermediários, políticas culturais e interfases do turismo com a Economia Criativa. E-mail: karinapolilc@gmail.com
 - 2 Pós-doutora no SIC.Lab Méditerranée da Universidade da Côte d'Azur. Doutorado em lazer e desenvolvimento humano e especialização em cultura e gestão cultural. Seus temas de pesquisa são políticos culturais e cooperação cultural, indústrias culturais e criativas. Para este trabalho, Magkou foi apoiada pelo governo francês, através do projeto UCAJEDI Investments in the Future gerido pela National Research Agency (ANR) com a referência ANR-15-IDEX-01 e pela EUR CREATES - Côte d'Azur Universidade. E-mail: stamatina.magkou@univ-cotedazur.fr
 - 3 Doutora em Economia pela Université Aix Marseille. Professora sênior e pesquisadora na área da Comunicação e Informação na Universidade de Toulon, no laboratório do IMSIC.

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar reflexões construídas através de uma colaboração entre pesquisadores que atuam na França e no Brasil e que realizam pesquisas sobre espaços culturais intermediários. Como ponto de partida, compreendem-se os espaços culturais intermediários como resultados de uma lógica contemporânea de organização do trabalho cultural e criativo que dinamiza novos processos de participação social e novas relações de proximidade ancoradas nos territórios. O texto apresenta duas políticas públicas: o Programa Cultura Viva e o Programa *Nouveaux lieux, nouveaux liens*, lançados pelos: Ministério da Cultura do Brasil e o Ministério da Coesão Territorial da França. Essa análise pretende contribuir com as discussões referentes ao reconhecimento público dos processos participativos presentes em espaços intermediários e identificar como os paradigmas de políticas culturais, multifuncionais, intergovernamentais, nacionais e locais se estabeleceram nos contextos brasileiro e francês.

Palavras-chave: políticas culturais; participação social; pontos de cultura; Tiers Lieux Culturels.

ABSTRACT

This article presents some reflections built through a collaboration between researchers who have been working with the intermediate cultural spaces, in Brazil and France. This text, understands intermediate culture spaces as a result of a contemporary logic of organization' cultural and creative work that dynamizes new processes of social participation and new relations of proximity anchored in the territories. The text presents two public policies: o Programa Cultura Viva and the *Nouveaux lieux, nouveaux liens* program, launched by the Ministry of Culture of Brazil and the Ministry of Territorial Cohesion in France. This analysis intends to contribute to the discussions regarding the public recognition of participatory processes present in intermediate spaces and to identify how the paradigms of cultural, multifunctional, intergovernmental, national and local policies were established in the Brazilian and French contexts

Keywords: cultural policies; social participation; points of culture; Cultural Third Places.

Sua pesquisa é focada em economia digital, especialmente na cultura de bens comuns no ecossistema digitais, de inovação e inteligência territorial competitiva. E-mail: maud.pelissier-thieriot@univ-tln.fr

INTRODUÇÃO

Os espaços culturais intermediários estão redefinindo a relação entre cultura e público, cultura e políticas públicas e cultura e empreendedorismo, e nos fornecem evidências de uma realidade em transformação. Dado que a cultura é objeto de apoio público, consideramos necessário refletir sobre o ecossistema de influências políticas dos espaços intermediários para melhor compreender como as políticas culturais influenciam e são influenciadas por esse fenômeno. O paradigma da economia criativa, o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação e as políticas participativas influenciam o surgimento destes espaços. O apoio público aos espaços intermediários é uma questão complexa, pois, a cadeia de valor da produção cultural e criativa não se enquadra, apenas, às categorias tradicionais de produtos e serviços comercializáveis, fator que nos obriga a reconhecer as especificidades das dinâmicas de cada contexto no que se refere às políticas públicas de financiamento e fomento a esses espaços.

O presente artigo apresenta reflexões entre pesquisadores que atuam na França e no Brasil. A proposta desta colaboração foi influenciada por pesquisas anteriores das autoras, que se propuseram estudar espaços culturais intermediários no Brasil e UK (POLI; SHIACH, 2020), Grécia, Espanha e Romênia. (MAGKOU; HURET; LAMBERT, 2021; MAGKOU; LAMBERT, 2021) e França (MAGKOU; PELISSIER, 2021) Essa colaboração vem facilitando o intercâmbio de experiências com o objetivo de estudar espaços intermediários em diferentes contextos internacionais. Como primeiro resultado, foi apresentado o trabalho *Les tiers lieux culturels sous le prisme d'une approche socio-économique* no Colóquio *Tiers-Lieux Culturels* promovido pela *Université de Toulon* em março de 2022.

A reflexão apresentada aqui pretende dar continuidade a essa colaboração, propondo algumas reflexões sobre dois programas de políticas públicas culturais destinados a espaços intermediários de cultura. Esse texto compreende os espaços culturais intermediários como resultados de uma lógica contemporânea de organização do trabalho cultural e criativo que dinamiza novos processos de participação social e novas relações de proximidade ancoradas nos territórios. Utilizamos esse termo abrangente que, embora criticado por ser uma construção política e operacionalizado nas políticas culturais (OFFROY, 2019), é um termo genérico que se refere aos espaços heterogêneos de trabalho, criação e produção artística e cultural baseados na comunidade. A maioria deles é iniciativa de baixo para cima, e nos últimos anos, há muitos desses espaços criados por atores da sociedade civil e órgãos públicos.

Propomos apresentar duas políticas públicas, uma brasileira e outra francesa, mais especificamente: o Programa Cultura Viva e o Programa *Nouveaux lieux, nouveaux liens*. Procuraremos compreender através dessas políticas, de que forma, diferentes países estão legitimando a participação social na construção de suas políticas culturais. O texto está dividido em duas partes. Iniciamos a discussão com uma contextualização sobre as transformações dos paradigmas

das políticas culturais e sua compreensão sobre a dinâmica participativa; a organização do trabalho e as relações de proximidades territoriais. Na segunda parte, apresentaremos os casos da França e do Brasil. Essa análise, ainda que descritiva e superficial, pretende contribuir com as discussões referentes às dimensões do fenômeno dos espaços culturais intermediários.

OS PARADIGMAS DAS POLÍTICAS CULTURAIS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A literatura sobre a história das políticas culturais demonstra que nos últimos 80 anos ocorreram mudanças paradigmáticas importantes. Sacco, Ferilli e Blessi (2018) identificam três mudanças: Cultura 1.0, Cultura 2.0 e Cultura 3.0. A Cultura 1.0 teve o seu período áureo entre 1959 e 1985, e foi marcada pelo subsídio público às belas artes e a preservação do patrimônio material. O Estado teria o papel de preservar e promover a arte, bem como permitir seu acesso a todos os cidadãos. Do ponto de vista da participação, o público exerce uma postura passiva ao que os diretores artísticos, editores ou curadores propõem.

A Cultura 2.0, segundo Sacco, Ferilli e Blessi (2018) é caracterizada pelo paradigma do desenvolvimento cultural e teve seu apogeu entre 1985 e 2010. O Estado teria o papel de fomentar todas as formas de manifestação cultural, considerando a cultura popular (rural e urbana), cultura erudita e a cultura de massa (indústrias culturais), com o intuito de empoderar grupos excluídos e minoritários e criar mercados diversificados que pudessem distribuir as riquezas, fomentar o desenvolvimento local e a inclusão social. (O'BRAIN, 2014) Emmanuel Négrier e Lluís Bonet (2019) argumentam que nessa fase emerge o paradigma da democracia cultural cujo discurso participativo foi desenvolvido junto com as discussões sobre a preservação da diversidade cultural e a proteção dos direitos culturais.

Sacco, Ferilli e Blessi (2018) argumentam que a transição de regime da Cultura 2.0 para a Cultura 3.0 foi impulsionada por duas correntes simultâneas de inovação: produção de conteúdo

digital e conectividade digital. A fase da Cultura 3.0 é caracterizada pela aproximação entre produtores e audiência, associada a uma mudança da participação passiva da audiência para a participação ativa. Neste sentido, foi formulado o paradigma da economia criativa que desloca a abordagem das políticas culturais do apoio às principais atividades artísticas e patrimoniais para os resultados do talento humano que geram direitos de propriedade intelectual. (NÉGRIER; LLUÍS BONET, 2019) Entre 2000 até 2010, esse modelo passou a influenciar ações e programas de políticas culturais em diferentes países, bem como agências multilaterais que passaram a defender a Economia Criativa (Unesco, 2013; UNCTAD, 2012) como um dos setores econômicos mais resilientes diante das crises econômicas.

DINÂMICAS PARTICIPATIVAS: EM DIREÇÃO A UMA NOVA POLÍTICA CULTURAL

Segundo Jenkins (2008), a convergência da produção cultural estabeleceu uma nova relação entre produção de conteúdo e conectividade digital como parte da mesma dinâmica produtiva, na qual a pessoa é consumidor, produtor do conteúdo e agente de propagação, difusão e circulação de bens simbólicos. Essa dinâmica se baseia no universo digital que deu origem a uma cultura popular participativa. (JENKINS, 2008) Essa cultura participativa possui forte dimensão socioeconômica, pois é considerada símbolo de uma nova era de acesso constitutivo do capitalismo cognitivo, que segundo Rifkin (2000), pode dar origem à criação de bens culturais comuns e modelos econômicos híbridos, iniciando uma renovada economia política da cultura em que a economia comercial não é o único arranjo que define o horizonte da economia cultural. (PÉLISSIER, 2021) A dinâmica de participação social na produção cultural é também o produto de uma transição que tem ocorrido gradualmente, “de um direito à cultura ao de direitos culturais”, e entre eles “o direito de participar de qualquer forma ou à vida cultural”. (SAEZ, 2012, p. 2) Négrier e Bonet (2019) chegam a falar de uma virada participativa nas políticas culturais.

A NOVA ORGANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DO TRABALHO CULTURAL

O setor cultural e criativo é caracterizado pela prevalência de acordos de trabalho flexíveis e intermitentes. (LAZZARATO, 2014) Por meio de redes, os profissionais culturais e criativos têm procurado coordenar uma intrincada dinâmica de trabalho. (UZELAC, 2016) A diversidade de linguagens artísticas e a convergência dos meios de comunicação determinaram a criação de uma complexa teia de produção interdependente, que podem se institucionalizar ou não, mas estabelecem vínculos multidirecionais com órgãos públicos, fundações privadas, universidades e criam mercados alternativos e novas formas de interação com o público. (CANCLINI, 2019)

A participação social como elemento de transformação dos paradigmas das políticas culturais desafia as formas de organização dos agentes de produção. Tais agentes vivem pontos de tensão entre a dinâmica de criação e produção e a dinâmica econômica e política. (HORVATH; DECHAMP, 2021) Espera-se que tenham capacidade para obter financiamento, gerir equipes e atrair públicos, mobilizando recursos internos ou externos. (DUBOIS; TERVAL, 2017) A partir de então, torna-se difícil para os agentes produtores realizarem suas atividades isoladamente, e muitas vezes, eles optam por se juntar aos coletivos de artistas e organizam redes de trabalho em torno de espaços culturais intermediários para buscar apoio e implementar seus projetos culturais e criativos.

ESPAÇOS CULTURAIS INTERMEDIÁRIOS E SUAS RELAÇÕES TERRITORIAIS

Os espaços culturais intermediários se colocam, hoje, como espaços de experimentação e permitem reconsiderar as práticas do fazer cultural colocando no centro do debate as dinâmicas comunitárias. Ferilli, Sacco e Blessi (2012) demonstram duas categorias de análise para observar a relação desses espaços com seus territórios e instâncias governamentais locais: a *top-down*, de cima para baixo, ou seja, iniciado por entidades públicas, semipúblicas ou privadas para incentivar empresas

locais participarem e cooperarem visando atender às expectativas de benefícios específicos; e a *bottom-up*, de baixo para cima, que são dinâmicas complexas, auto-organizadas, decorrentes da coordenação espontânea entre os atores locais. No caso das dinâmicas *top-down*, pressupõe-se a existência de um processo exógeno às redes de agentes locais, representado no desenvolvimento de programa ou ação de uma instituição pública, semipública ou privada para a criação de espaços com o objetivo de formar comunidades. No caso das dinâmicas *bottom-up*, pressupõe-se a existência de um processo endógeno às redes de agentes locais, articuladas por comunidades formadas anteriormente à criação dos espaços. Na maioria das vezes, esses espaços emergem de uma lógica coletiva de baixo para cima e funcionam como lugares de ativação de lógicas de ação coletiva e dinâmicas abertas e colaborativas de inovação para a “criação coletiva de bens comuns”. (BURRET, 2016, p. 43) A sustentabilidade dessas formas intermediárias baseia-se na sua capacidade de ativar proximidades relacionais (DECHAMP; PÉLISSIER, 2019) por meio de mediações comunicacionais, humanas e digitais criando um ecossistema local.

O objetivo das sessões seguintes não consiste em comparar as políticas públicas e seus espaços intermediários. Pretende-se, somente, demonstrar evidências do reconhecimento público dos processos participativos presentes em espaços intermediários, que revelam novas formas de institucionalização influenciadas por diferentes paradigmas de políticas culturais.

ESPAÇOS CULTURAIS INTERMEDIÁRIOS NAS POLÍTICAS BRASILEIRAS E FRANCESAS

Considerando os aspectos acima, procuraremos apresentar duas políticas públicas: o Programa Cultura Viva e o Programa *Nouveaux lieux, nouveaux liens*, o ponto que as aproximam está no reconhecimento dos processos de participação social no desenvolvimento de espaços culturais intermediários. Nosso objetivo, como mencionado,

não é realizar uma análise de cada uma dessas políticas públicas, mas sim de apresentá-las como uma evidência da legitimação pública deste fenômeno contemporâneo.

O Programa Cultura Viva, o caso brasileiro

O Programa Cultura Viva foi criado pelo Ministério da Cultura do Brasil durante a gestão do Ministro Gilberto Gil (2003–2008). Esse programa foi desenvolvido com o objetivo de valorizar a diversidade cultural brasileira e para dar protagonismo aos espaços culturais criados e administrados pelas comunidades locais e teve enorme repercussão no contexto das políticas culturais latino-americanas. O programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva, foi criado com o objetivo de articular associações da sociedade civil e proporcionar o acesso destes agentes aos recursos públicos, visando o reconhecimento e a legitimação de circuitos culturais com bases comunitárias e associativistas, para contribuir com o enfrentamento de problemas relativos às carências de instrumentos e estímulos à produção e circulação da expressão da cultura local, devido ao isolamento geográfico e social de algumas comunidades em relação às novas tecnologias e aos instrumentos de produção e educação artístico-culturais. (SILVA; ARAÚJO, 2010)

O programa foi implantado em 2004, envolvendo um conjunto de ações distribuídas em cinco eixos e desenvolvidas com diferentes graus de consolidação enquanto ações públicas: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (Mestres dos Saberes) e Escola Viva. (SILVA; ARAÚJO, 2010) Os Pontos de Cultura constituem-se como eixo central do programa e são compreendidos como espaços de produção, recepção e disseminação das expressões culturais de comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais. (SILVA; ARAÚJO, 2010)

Os Pontos de Cultura são selecionados por editais públicos e o foco do programa não é financiar os Pontos de Cultura, mas sim, reconhecer e fomentar o protagonismo social a partir de modelos de gestão compartilhada entre atores, governamentais (união, estados e municípios) que financiam e acompanham a realização das ações, e

a sociedade civil que implementa as ações. O critério de seleção está baseado no enraizamento territorial ou setorial e ações culturais já realizadas. Um dos requisitos é o de atender a territórios com maior grau de vulnerabilidade. Nesse caso, o governo deveria reconhecer e potencializar as produções culturais dos diferentes espaços de manifestações dos grupos em suas localidades. Os Pontos de Cultura são responsáveis por conectar os agentes e formar redes culturais e promover a autonomia dos espaços criados e geridos por comunidades locais.

Os espaços do Ponto de Cultura são muito diversificados, eles podem ser associações, ONGs, espaços informais administrados pela comunidade, escolas de samba, de rap, de teatro, de música, de dança, de museus, de associações de moradores, de aldeias indígenas, de quilombolas, de assentamentos rurais, de núcleos de extensão universitária etc. (TURINO, 2010) Para citar alguns exemplos de Pontos de Cultura, a Fundação Casa Grande e o Memorial do Homem do Kariri, localizado na chapada do Araripe no Kariri, Ceará, e o Pombas Urbanas em São Paulo podem demonstrar como ações de base comunitárias criaram novos processos de gestão compartilhada e participação social na vida política, social, cultural e econômica de seus territórios.

A Fundação Casa Grande estabelece uma forte conexão com o território e a comunidade local envolvendo as escolas, os estudantes, famílias, comerciantes em processos de gestão compartilhada do espaço, bem como a criação de conteúdo sobre a história do homem da chapada do Araripe e turismo de base local. O instituto Pombas Urbanas está localizado na periferia da cidade de São Paulo e tem como foco de atuação o desenvolvimento de projetos nas áreas da cultura, educação, saúde, direitos humanos e formação artística. A governança do Instituto Pombas Urbanas é constituída pelos integrantes de diferentes coletivos artísticos formados desde 2004.

O programa Cultura Viva sofreu várias transformações nos últimos 15 anos. É possível dizer que o programa tem três momentos distintos. O primeiro momento, quando revelou o seu potencial e o sucesso

do primeiro edital, o que justificou o aumento no orçamento que cresceu de R\$ 5 milhões em 2004 para R\$ 65 milhões em 2005 (via emenda parlamentar). Com essa experiência, surgiu o primeiro problema: o Estado não estava preparado para este diálogo direto com as organizações sociais. A mesma burocracia que rege contratos com bancos, empreiteiras, deveriam reger os convênios com as associações e entidades comunitárias. (TURINO, 2010)

No final de 2007, o programa sofreu sua primeira alteração, quando foram estabelecidos convênios com 21 estados e diversos municípios, transferindo a seleção, contratação e acompanhamento das redes de Pontos de Cultura para estes entes federados. Esta medida, por um lado, permitiu ampliar a rede de 600 Pontos de Cultura para mais de 3.000, bem como ampliar recursos (uma vez que os estados e municípios agregam 1/3 do valor total do orçamento), no entanto, as formas de conveniamento seguiam as mesmas burocracias subordinadas à Lei nº 8.666/1993, que rege licitações e contratos do país. Uma nova mudança aconteceu com a aprovação da Lei Cultura Viva, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) em 2014.

Com o passar dos anos, o programa foi perdendo força, por um lado ocasionado pelo desmonte das políticas culturais nacionais após 2016, e por outro, pelas diferentes formas de governança aplicadas pelos estados e cidades da federação. Atualmente, o Cultura Viva está reduzido a poucos Pontos de Cultura que efetivamente receberam recursos públicos, além do estrangulamento aos Pontos de Cultura, que tinham um papel estratégico na consolidação de redes temáticas e territoriais, bem como os editais para as ações do programa que foram abandonadas. (TURINO, 2010)

Dos friches culturelles as fabriques des territoires: o caso francês

Em 2001, na França, foi publicado o relatório *Friches, laboratoires, fabriques, squats, projets pluridisciplinaires: une nouvelle époque de l'action culturelle*, escrito por Fabrice Lextrait. Esse relatório destacou a transformação do campo cultural e artístico no país e foi apresentado a emergência de um fenômeno caracterizado pela formação de espaços

culturais experimentais, desenvolvidos em diferentes ambientes urbanos e não urbanos, que questionavam as condições de produção, mediação e recepção das práticas artísticas. Esses lugares, na realidade, são representativos da transformação social de nossos tempos, especialmente das novas formas de organização do trabalho, às necessidades de aprendizado e a transição ecológica. Na França, os primeiros trabalhos sobre esses espaços intermediários se concentraram nas chamadas *friches culturelles* e ocupações artísticas.

La Friche Belle de Mai, uma antiga fábrica de tabaco em Marselha, foi um dos primeiros lugares que se converteu em um complexo cultural que reuniu atividades artísticas interdisciplinares, novos modelos de interação cultural urbana e inserção na comunidade local. Foi um dos principais equipamentos culturais que levaram à aplicação e implementação do título de Capital Europeia da Cultura de 2013. Diversos estudos tentam decifrar a relação entre esse espaço industrial e políticas culturais (RONSEQUIT, 2019) ou como os coletivos responsáveis pela iniciativa cultural vêm mobilizando uma rede de atores dentro de uma comunidade específica. (ANDRES, 2011)

Nos anos recentes, surge nas políticas públicas francesas o termo *tiers lieux*, cuja tradução imediata estabelece conexão com termo *third place* cunhado por Oldenburg em 1989. Já na década de 2010, surge uma nova geração de *friches culturelles*, que passa a ser chamada de *tiers lieux culturels*. A maioria delas está localizada em espaços patrimoniais e é vista como componente de uma categoria mais ampla de *tiers lieux*. O movimento dos *tiers lieux* começa como um movimento independente descrevendo lugares que representam espaços intermediários para além do campo cultural e evoluindo gradativamente para um movimento cujos valores se baseiam no compartilhamento. (LEVY-WAITZ, 2018, 2021)

Embora reconhecendo que cada um tem suas próprias especificidades, seu denominador comum é a facilitação de encontros informais, interações sociais, criatividade e projetos comuns, portanto, a intenção inicial de uma comunidade é se reunir neste espaço

específico. (BURRET, 2016) Enraizados em cenários urbanos ou rurais, desenvolvem-se em espaços de emancipação e iniciativa coletiva, graças às oportunidades de conexão oferecidas pelo ambiente digital e o paradigma da inteligência coletiva. A dimensão “cultural” relacionada aos *tiers lieux culturels* decorre do fato de terem sido escolhidos como facilitadores dos laços sociais sobre o conhecimento, a arte e a cultura.

Os *tiers lieux* na França entraram em uma fase de institucionalização e reconhecimento por parte do poder público como motores da coesão social e territorial. Este processo foi iniciado pelo Ministério da Coesão Territorial e Relações com os governos locais. Um primeiro programa de apoio foi lançado em 2019 sob o título *Nouveaux lieux, nouveaux liens* (“Novos espaços, novas relações”) com o objetivo de ajudar as estruturas implantadas localmente a potencializar o crescimento dos seus projetos. A próxima fase foi a criação da *France Tiers-lieu* com o objetivo de apoiar as iniciativas dos agentes locais participando na profissionalização desses espaços. Este programa assumiu a forma de apoio à concepção e implementação de um projeto de utilização de espaços ou mecanismos de apoio ao funcionamento dos espaços já existentes. Em sua evolução, foi lançado uma chamada pública específica, *Fabriques du territoire*, para consolidar os *tiers lieux* existentes. Mais de 300 *tiers lieux* receberam o título de *Fabriques du territoire*, entre elas podemos encontrar algumas *friches culturelles* (como a *Friche belle de Mai*). Metade deles tem de estar enraizado em bairros prioritários definidos pelas políticas municipais e a outra metade em contextos rurais.⁴

Mais recentemente, é importante observar que o Ministério da Cultura francês também incluiu esses espaços em suas políticas. Em 2020 foi lançada uma chamada pública de projetos com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de *tiers lieux culturels* de forma a incentivar trocas e encontros colaborativos em torno de práticas

4 Mais informações disponíveis em: <https://www.cohesion-territoires.gouv.fr/labellisation-de-300-fabriques-de-territoire-en-france>. Acesso em: 24 maio 2022.

artísticas e culturais. A região de Provence-Alpes-Côte d’Azur foi a primeira região a implementar essa política⁵. Paralelamente, o Ministério da Cultura lançou outra iniciativa, de apoio ao desenvolvimento dos bairros culturais e criativos. Nos mesmos casos, os *tiers lieux culturels* estiveram no centro das propostas “vencedoras”, como foi, por exemplo, o caso dos *tiers lieux culturel Port des Créateurs* em Toulon.⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços culturais intermediários, ou qualquer que seja a terminologia adotada, descrevem novos modelos de institucionalidade cultural. Tais aspectos permitem reconsiderar as práticas do fazer cultural colocando no centro do debate os processos comunitários e territoriais que, durante muitos anos estiveram à margem das discussões de políticas culturais, e hoje ocupam uma centralidade, sobretudo quando consideramos a participação social na cultura. As redes de trabalho e o cultivo de relações sociais exercem funções-chave no que diz respeito à transferência de conhecimento, aprendizado de códigos comportamentais e consolidação da confiança interpessoal nos ecossistemas culturais e criativos distribuídos nas cidades.

Esses lugares são espaços de conexões e redes de pesquisa e produção para criação de novos produtos, programações culturais, bens simbólicos e propriedade intelectual, entre outros. As identidades socioeconômicas desses espaços estão condicionadas por fatores que operam em vários níveis, desde os agentes individuais que constroem suas próprias redes de produção, até os ecossistemas territoriais em que estão inseridos, influenciando e sendo influenciados pelas políticas públicas locais, regionais, nacionais e internacionais.

-
- 5 Mais informações disponíveis em: <https://www.culture.gouv.fr/Aides-demarches/Appels-a-projets/Creation-et-developpement-de-Tiers-Lieux-Culturels-et-Citoyens>. Acesso em: 20 maio 2022.
 - 6 Mais informações disponíveis em: <https://www.culture.gouv.fr/Aides-demarches/Appels-a-projets/Tous-les-appels-a-projets-France-Relance/Soutien-aux-Quartiers-culturels-creatifs-QCC>. Acesso em: 20 maio 2022.

Nas últimas décadas as políticas culturais estão evidenciando o papel da participação de movimentos civis em experiências territoriais de base comunitária que viabilizam novas formas de fazer política cultural. A interação política promovida pela participação social dos espaços culturais intermediários em suas comunidades locais pode assumir a forma de um equilíbrio de poder dentro de sua vizinhança e instâncias governamentais locais. A participação social dos espaços culturais intermediários na construção de políticas culturais apresenta alguns desafios: a) questionar as fronteiras entre o ambiente público e profissional; b) reconhecer a capacidade criativa dos cidadãos em produções artísticas de alta qualidade; c) incluir o público nas decisões artísticas e gerenciais de espaços, produções e programações culturais. E suas dimensões políticas são: a participação como ferramenta central no desenvolvimento de novas políticas culturais e territoriais; a participação como ferramenta de inclusão sociocultural; e como prática em outras áreas de políticas públicas como meio ambiente, orçamento, planejamento, desenvolvimento urbano ou educação. (NÉGRIER; BONET, 2019)

As políticas culturais contemporâneas coexistem com paradigmas sobrepostos da excelência e da democratização cultural e economia criativa. As políticas públicas analisadas revelam diferentes tipos de influências. Podemos dizer que o programa Cultura Viva apresenta grande influência do paradigma do desenvolvimento cultural ao promover ações de fortalecimento da cidadania e do direito cultural para empoderar grupos excluídos e minoritários, fomentar a diversidade cultural e a inclusão social. Esta política pública foi desenvolvida pelo Ministério da Cultura que, entre 2003 e 2016, promovia sua definição de cultura e estrutura das políticas públicas articulando três dimensões: a dimensão simbólica, cidadã e econômica.

No caso do Programa *Nouveaux lieux, nouveaux liens*, além de ser uma política mais recente, em comparação ao Programa Cultura Viva, não foi desenvolvido pelo Ministério da Cultura, e sim pelo Ministério da Coesão Territorial. Isso demonstra certa transversalidade em relação à

temática dos espaços intermediários com outras políticas públicas para além das políticas culturais. O fenômeno dos espaços culturais intermediários, chamados na França de *tiers lieux* tem sido estudado e retratado em relatórios há muito tempo, e definidos com diferentes nomenclaturas como *friches culturelles* ou ocupações artísticas. Percebe-se uma evolução nas pesquisas na tentativa de definir e compreender o fenômeno. Algumas experiências de base comunitária foram essenciais para compreensão de sua radiografia e para o reconhecimento de um ecossistema de influências, que levou a institucionalização do termo em diferentes instâncias de políticas públicas, produzindo diferentes formas de diálogo com comunidades locais.

Como foi possível verificar em ambas as políticas públicas, existe uma intencionalidade em definir e institucionalizar os espaços culturais intermediários. Termos, como, Pontos de Cultura e *Tiers Lieux*, são utilizados para descrever espaços de mediação das relações e novas formas de organização do trabalho cultural, da participação social e das proximidades territoriais, reconhecendo seus processos participativos capazes de alcançar escalas em que as políticas culturais tradicionais não teriam acesso. Embora tenham sido desenvolvidos em contextos e períodos diferentes, é possível identificar, o reconhecimento público dos processos participativos presentes em espaços intermediários e identificar como os paradigmas de políticas culturais, multifuncionais, intergovernamentais, nacionais e locais se estabeleceram nos contextos brasileiro e francês.

REFERÊNCIAS

- ANDRES, L. Alternative initiatives, cultural intermediaries and urban regeneration: the case of La Friche (Marseille). *European Planning Studies*, London, v. 19, n. 5, p. 795-811, 2011.
- BURRET, A. *Tiers-lieux: et plus si affinités*. FYP éditions: Paris, 2016.
- CANCLINI, N. *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Guadalajara: Calas; Alemanha: Bielefeld University Pres, 2019. Disponível em:

http://www.calas.lat/sites/default/files/garcia_canclini.ciudadanos_reemplazados_por_algoritmos.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.

DECHAMP, G.; PELISSIER, M. Les communs de connaissance dans les fablabs: mythe ou réalité? *Revue française de gestion*, [s. l.], v. 45, n. 279, p. 97-112, 2019. DOI: doi.org/10.3166/rfg.2019.0033304/04/2023

DUBOIS, F.; TERVAL, P. Des jeunes plus ou moins prêts à devenir entrepreneurs: de l'engagement sportif amateur à la création d'entreprise. *Agora débats/jeunesse*, [s. l.], v. 1, n. 75, p. 103-116, 2017. DOI: doi.org/10.3917/agora.075.0103

FERILLI, G.; SACCO, P. L.; BLESSI, T. Cities as creative hubs: from the instrumental to the functional value of culture-led local development. In: GIRARD, L. F.; BAYKAN, T.; NIJKAMP, P. (ed.). *Sustainable City and Creativity: promoting creative urban initiatives*. Farnham: Ashgate, 2012.

HORVATH I.; DECHAMP, G. (coord.). *L'entrepreneuriat dans le secteur des arts et de la culture: comment concilier ambition créatrice et logique économique?* Caen: Ed. EMS, 2021.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

LAZZARATO, M. *Experimental Politics*. Cambridge: Ed. MIT, Massachusetts, 2014.

LEVY-WAITZ, P. *Nos territoires en action: dans les tiers-lieux se fabrique notre avenir!* France: France tiers-lieux, 2021.

LEVY-WAITZ, P. *Rapport Tiers-lieux un défi pour les territoires*. France: France tiers-lieux, 2018. Disponível em: <https://francetierslieux.fr/faire-ensemble-pour-mieux-vivre-ensemble-retour-sur-la-mission-coworking/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

LEXTRAIT, F.; GROUSSARD, G. *Friches, laboratoires, fabriques, squats, projets pluridisciplinaires: une nouvelle époque de l'action culturelle*. France: Secrétariat d'Etat au Patrimoine et à la Décentralisation culturelle, 2001. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/rapport/25064-friches-laboratoires-fabriques-squats-projets-pluridisciplinaires>. Acesso em: 4 abr. 2023.

MAGKOU, M.; HURET, L.; LAMBERT, V. Community-driven cultural spaces and the covid-19 pandemic. In: DE MOLLI, F.; VECCO, M. (ed.). *The metamorphosis of organisational space in cultural & creative sectors*. Oxford: Routledge, 2021.

MAGKOU, M.; LAMBERT, V. Communication et tiers lieux culturels pendant et après le covid-19: vers une communication solidaire. *ESSACHESS*, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 81-99, 2021. DOI: doi.org/10.21409/V12G-MZ13. Disponível em: <https://www.essachess.com/index.php/jcs/article/view/531>. Acesso em: 4 abr. 2023

MAGKOU, M.; PELISSIER, M. Being together, doing together and going forward together- echoes from France's cultural third places in times of covid-19, *Extraprensa*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 327-343, 2021. DOI: doi.org/10.11606/extraprensa2021.188937 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/188937>. Acesso em: 4 abr. 2023.

NÉGRIER, E.; BONET, L. La participation culturelle est-elle une innovation sociale? *Nectart*, Toulouse, v. 1, n. 8, p. 96-106, 2019. DOI: 10.3917/nect.008.0096. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nectart-2019-1-page-96.htm#:~:text=Dans%20ce%20cadre%2C%20la%20participation,%3A%20technologique%2C%20sociologique%20et%20politique>. Acesso em: 4 abr. 2023.

O'BRIEN, D. *Cultural Policy: management, value and modernity*. London: Routledge, 2014.

OFFROY, C. De l'impact social et économique des lieux-intermédiaires: L'exemple d'une recherche-action collaborative en Seine-Saint-Denis. Dans : Hervé Defalvard éd., *Culture et économie sociale et solidaire*, Fontaine: Presses universitaires de Grenoble, 2019.

PÉLISSIER, M. *Cultural commons in the digital ecosystem*. France: University of Toulon; New York: WILEY, 2021. v. 8.

POLI, K.; SHIACH, M. Creative Hubs and cultural policies: a comparison between Brazil and the United Kingdom. *European Journal of Cultural Management and Policy*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 21-38, 2020. Disponível em: https://www.encatc.org/media/5740-issue2_02_karina-poli-morag-shiach.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.

RIFKIN, J. *The age of access: the new culture of hypercapitalism, where all of life is a paid-for experience*. New York: Penguin Putnam, 2000.

ROSENQUIST, M. *La friche la belle de mai à Marseille : espaces industriels, politiques culturelles et art contemporain*. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2019.

SACCO, P.; FERILLI, G.; BLESSI, G. From culture 1.0 to culture 3.0: three socio-technical regimes of social and economic value creation through culture, and their impact on european cohesion policies, *Sustainability*, [s. l.], v. 10, n. 11, 2018. doi.org/10.3390/su10113923 Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/11/3923>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SAEZ, J-P. De la participation, *L'Observatoire*, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 1-2, 2012. DOI: 10.3917/lobs.040.0001 Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-l-observatoire-2012-1-page-1.htm>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SILVA, F. A. B.; ARAÚJO, H. *Cultura Viva: avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania*. Brasília-DF: IPEA, 2010.

TURINO, C. *Pontos de Cultura: o Brasil de cima para baixo*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2010.

UNESCO. *Creative Economy Report 2013*. Special Edition Widening local Development Pathways. United Nations/UNDP/UNESCO, 2013.

UNCTD. *Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento*. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/ Minc, São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424p.

UZELAC, A. Cultural networks in the network society. In: International Federation of Arts Councils and Culture Agencies. *D'art Report 49: International Culture Networks*. Australia: IFACCA, 2016.